

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A OBRA DE CORNÉLIO PENNA

Josalba Fabiana dos Santos*

RESUMO: A ausência de fronteiras claras entre o público e o privado em *A menina morta* (1954), de Cornélio Penna, associada ao regime patriarcal-escravocrata vigente, permite a demonstração de diversas facetas da violência. Especialmente nas relações entre o proprietário de uma rica fazenda produtora de café do século XIX e aqueles que viviam sob sua tutela, fossem escravos ou agregados.

PALAVRAS-CHAVE: público; privado; Cornélio Penna; *A menina morta*.

Introdução

Os romances do fluminense Cornélio Penna (1896-1958) foram lidos por ocasião das publicações iniciais como introspectivos. No entanto, numa leitura mais detida, percebe-se que são livros nos quais a ambientação no período patriarcal-escravocrata do século XIX – caso de *A menina morta* (1954) – ou no momento imediatamente posterior – *Fronteira* (1935), *Dois romances de Nico Horta* (1939) e *Repouso* (1948) –, não é casual. O escritor possuía um projeto e o declarou ao crítico João Condé:

* Universidade Estadual do Centro-Oeste.

uma parenta de Itabira veio de novo para me contar as mesmas velhas histórias, mas já agora com vida, com sangue, no tumulto de sentimentos que se agitavam de todo aquele silêncio, de toda aquela serenidade endolorida das conversas tão misteriosamente doces do regaço materno. Para me livrar dela, para desabafar a compreensão devoradora que me fazia perder noites inteiras, pensando no que tudo aquilo representava de *verdadeiro Brasil*, de humanidade muito nossa e palpitante, eu comecei, por minha vez, a contar a meus amigos o que sabia e os sentimentos que me provocavam, e lhes pedia que escrevessem sobre *a alma de Itabira, que resumia a do Brasil, que tão ferozmente se destrói a si mesma, deixando perder um tesouro preciosíssimo*. (Penna, 1958: xl – grifo meu)

Essas palavras deixam transparecer, além do desejo de discutir o Brasil enquanto nação, um dos métodos de trabalho do autor de *A menina morta*, no qual metáforas e metonímias assumem papel preponderante. Nesse romance, privilegiado na discussão que ora se inicia, uma fazenda produtora de café às margens do rio Paraíba vive seus últimos momentos de riqueza. Segundo Luiz Costa Lima (1976: 97), baseado em informações relativas à construção da estrada de ferro D. Pedro II, a narrativa se localizaria entre 1867 e 1871; como é feita uma menção à guerra como contemporânea ao enredo, que se deduz ser a do Paraguai (1864-1870), o período não ultrapassaria o ano de 1870. A decadência do Grotão, nome da fazenda na qual vive o Comendador – que só se conhece pelo título e pelo nome de família, Albernaz, que pouco é mencionado –, é assinalada desde o início da história através da morte da filha mais nova. Numa tentativa de minimizar essa perda significativa, pois a menina representava o lenitivo de todos aqueles que sofriam, especialmente os escravos, o Comendador tenta casar a filha mais velha. A princípio resignada, mais tarde Carlota se recusará tanto

ao casamento quanto à manutenção do sistema vigente. Após a morte do pai, libertará todos os escravos da fazenda.

Há várias analogias possíveis entre esse romance, e inclusive os outros de Cornélio Penna, e o Brasil. A família funciona a um só tempo como metáfora e metonímia. Os limites entre o público (Estado) e o privado (família) são constantemente embaralhados a serviço da manutenção do poder de poucos e da sujeição de muitos. Somente a coerção e a força não seriam suficientes para sustentar o sistema patriarcal-escravocrata; algumas medidas foram necessárias para que a violência não produzisse revoltas incontroláveis.

1. Público e privado: fronteiras embaralhadas

A cidade, em oposição à casa, é o lugar do público por excelência. É nela que convivem diversas pessoas com os mais variados interesses. Como demonstrou Aristóteles na *Política*, ela é de todos, desde que sejam seus cidadãos – termo bastante restrito na Grécia antiga. Mesmo que, enquanto pertença, a *polis* tenha seu acesso restrito, ainda assim comporta uma gama infindável de pessoas: a multidão (2002: 38).

Ainda segundo Aristóteles, a multiplicidade de anseios, crenças e histórias dessa multidão pode significar tolerância e conflito mais ou menos graves, dependendo não só das idiossincrasias pertinentes a cada membro do grupo, mas igualmente do controle que o Estado (ob)tenha dos cidadãos. É necessário que haja regras para a convivência mútua. Tais regras, em tese, devem surgir de um campo neutro, para que não haja diferenças marcantes no tratamento dado não apenas a questões semelhantes, mas também a pessoas quase nunca semelhantes. O princípio de tal governo é a democracia. As diferenças surgem na definição de quem faz e quem não faz parte da cidade, quem é cidadão. Não será o nascimento, de forma isolada, que definirá o verdadeiro membro da comunidade,

mas a ancestralidade – salvo se for um agrupamento novo. Essa é uma entre muitas possibilidades; o importante é que, por maiores que sejam as diferenças e divergências, a igualdade é a chave para se chegar ao público. Pessoas diferentes sendo capazes de – ou sendo coagidas pelo Estado a – se portarem de forma homogênea.

Em *O declínio do homem público* (1988), como o título indica, Richard Sennett defende a idéia de que as pessoas estão vivendo cada vez mais restritas ao universo do privado. Para demonstrar sua tese, faz um levantamento histórico das alterações comportamentais ocorridas nos últimos séculos. Uma das questões que definem o público se apresenta como oposição: o que não é privado. Aqueles que fazem parte do convívio íntimo, doméstico, estarão fora da esfera pública (1988: 16). O público é o local do estranho e do apenas conhecido, um conhecido com o qual não se tem envolvimento psicológico, com o qual não se trocam confidências.

Richard Sennett se afasta da visão política que Aristóteles tem do cidadão, pois pensa o homem público primeiramente como ser social e desse ser social extrai o político. É no afastamento cada vez maior das pessoas da vida da rua, da praça e da cidade que se configura proporcionalmente o afastamento da vida política. O processo é de alienação e enclausuramento. O espaço público se tornou lugar de passagem, de trânsito, e não de encontros. Desprezam-se as máscaras de sociabilidade em nome da espontaneidade e da originalidade (1988: 30), ao mesmo tempo em que se afirma o ser humano como fruto da cultura e da vida em comum.

Para Sennett, a grande cidade européia do século XVIII – certamente modelo da brasileira do XIX, resguardadas as devidas particularidades – possui, além de ruas de passeio, parques, cafés, bares, estalagens, óperas e teatros abertos a uma multidão como até então nunca se vira. No século seguinte, isso sofrerá algumas alterações drásticas: a burguesia passa a considerar a vida pública inferior e vai se restringindo a atividades familiares e a grupos seletos. A idéia do anonimato possibilita ao homem perder, de acor-

do com as conveniências, marcas opressivas de respeitabilidade. Mas para a mulher pode significar o risco de mácula de suas virtudes (1988: 32-39).

No caso brasileiro, as ruas das maiores cidades do Oitocentos são pouco usadas pelas elites, sendo os homens livres pobres e os escravos seus principais freqüentadores. Somente algumas possuíam lazer público, que não era acessível à maioria da população, visto que não tinha recursos econômicos para desfrutá-lo. O anonimato poderia ter valor incalculável para os escravos: num lugar onde a vida urbana fosse mais intensa, eles passariam despercebidos e conseqüentemente estariam menos sujeitos a perseguições e interdições das mais diversas naturezas (Volpato, 1993).

Sérgio Buarque de Holanda afirma que “[t]oda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos”. E acrescenta que “tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição” (1995: 73). No universo rural, é a família que dita os padrões de conduta moral e política. Como a cidade do século XIX é incipiente, torna-se natural que também aí prevaleçam os modelos pessoais, a ponto de as facções políticas corresponderem a famílias abastadas. Onde deveria haver “descontinuidade e até oposição” (1995: 141), segundo o historiador, havia apenas um Estado que não passava de uma continuidade de grupos patriarcais. Assim, o imperador vira uma espécie de pai e o pai propriamente dito, um imperador em miniatura. Como as relações se davam antes de tudo no campo doméstico, era natural que fossem envolvidas numa atmosfera de amizades, de sentimentos pessoais mais ou menos contidos. É a partir dessa atmosfera que Sérgio Buarque vai tratar do brasileiro como o “homem cordial” (1995: 146). A expressão não é nova, o escritor Ribeiro Couto a utilizou em carta dirigida a Alfonso Reyes, mas é o ensaísta que a tornará famosa. Não há nada positivo nesse ser cordial, pois ele é regido por impulsos que lhe são ditados pelo coração. É o indivíduo com seus desejos passando por sobre o

Estado e a sociedade em geral. O “homem cordial” não conhece a vida pública, busca a intimidade. Esse ser é “indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo” (1995: 155).

Em *A menina morta*, podem ser observados vários vestígios do embaralhamento entre o público e o privado. A casa-grande da fazenda é um simulacro da cidade. A sua construção é uma intervenção do homem que se afasta do selvagem, do bárbaro. A casa, como uma cidade, divide-se em espaços públicos e privados. Os quartos são privativos dos seus respectivos moradores, mas os parentes pobres têm os seus invadidos sem cerimônia. O poder determina o trânsito e, quanto melhor a posição na hierarquia, menor o acesso. O leitor só adentrará a alcova dos senhores, por exemplo, quando eles já não estiverem no Grotão; durante a sua presença, a entrada é proibida. Os lugares públicos são os de convívio social, especialmente a sala de estar e a de jantar. Encontros quase sempre desajeitados e que demonstram como o público é restrito em *A menina morta* e como está sujeito ao privado.

O corredor que liga a cozinha ao restante da casa é comparado a uma rua. Também reiteram a analogia com a cidade as prateleiras abarrotadas de toda espécie de produtos como se estivessem em exposição numa loja. A fazenda é comparada a uma cidade, mas é uma propriedade privada. Essas imagens evidenciam a ausência do público enquanto possibilidade real; são apenas frágeis compensações. O Grotão simula e dissimula para ao final encobrir o público. Porém o princípio metafórico não é desfeito. A casa *como* cidade que *não é* cidade de fato se assemelha ao Brasil, onde o público é restrito e controlado pelo privado.

O privado é da ordem do íntimo, do individual. O privado está circunscrito à casa, à família e aos amigos mais caros. A família será mais ou menos abrangente conforme a cultura e o momento histórico vivido por um dado grupo. No século XIX, período abrangido por este estudo, a família rica não se restringia aos pais e aos fi-

lhos. Agregados, parentes ou não, a aumentavam; e, anteriormente à Abolição, também os escravos.

Em *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, a família e o Estado se confundem. A empresa colonizadora é o resultado da dedicação completa de uma única instituição: a família patriarcal. É dela que emana todo o poder, visto que muitas foram constituídas dentro de verdadeiras fortalezas, protegidas por pequenos exércitos particulares. A casa-grande possuía capela, assistia a doentes, hospedava viajantes, produzia vários itens para sua sobrevivência e funcionava inclusive como banco. Dentro dessa estrutura, há pouco espaço para o Estado atuar.

Nesse sentido, o Grotão se assemelha às fazendas de Freyre, pois desempenha várias funções. Também no Vale do Paraíba existe auto-suficiência. Muitos dos itens consumidos vêm de fora, mas há uma produção que dá ao estabelecimento ares industriais. A casa-grande tem uma capela, para cuidar da vida espiritual dos seus moradores; abriga inúmeros hóspedes que estão em trânsito, além dos agregados que vivem ali de forma mais ou menos definitiva; e possui uma enfermaria na senzala para atender escravos doentes ou feridos.

Não é só para Freyre que o progresso da nação estaria nas mãos das famílias patriarcais. O personagem do Comendador, em *A menina morta*, depois de falar com ironia dos “planos fantásticos” do Estado imperial, acrescenta:

Para mim, a colonização do interior do Brasil terá que ser feita individualmente. Cada homem deve abrir a sua fazenda e depois reunir-se em grupos, de onde surgirão as cidades. (Penna, 1997: 86)

O empreendimento é uma iniciativa individual e o país, uma colcha de retalhos. O princípio regente desse projeto desautoriza qualquer idéia de coletividade, de multiplicidade. Todos estariam

envolvidos num mesmo movimento de enriquecimento, só que privado. Não por acaso a casa-grande do Grotão “era enorme e rústico palácio, fortaleza sertaneja de senhor feudal sul-americano” (1997: 118). O que se omite na fala do Comendador transcrita acima é o financiamento feito pelo governo a esses senhores pioneiros. Ele próprio vive numa fazenda que é o desdobramento de uma sesmaria de um de seus ancestrais. Visto que a distribuição de sesmarias foi uma das formas utilizadas pela Coroa portuguesa para colonizar o Brasil, os proprietários rurais não estavam sozinhos. O Senhor do Grotão, assim como ocorre em *Casa-grande & senzala*, elimina de seu discurso o fato de que a grande iniciativa privada no Brasil quase sempre se fez às custas do financiamento estatal – como demonstra Raymundo Faoro em *Os donos do poder* (1958) –, primeiro português e depois local; e que o Estado vive daquilo que arrecada de seus cidadãos através de impostos. Em última análise, é o público que financia o privado, sem, no entanto, beneficiar-se desse investimento. Para o Comendador, a construção do país seria apenas consequência do enriquecimento das elites, que estariam emperradas pela incompetência do governo em garantir coisas simples como o escoamento da produção:

– Esperava na realidade a estrada de ferro, mas esta continua a ser um pequeno sonho... que decerto se tornará grande. Porém quando vi no mapa do Império o traçado de nosso único caminho de ferro parado diante da Serra da Estrela, tão pequenino, compreendi que as palavras, os discursos e os artigos que tenho lido eram apenas de entusiasmo eleitoral. (Penna, 1997: 152)

Desde as capitânias o Brasil esteve nas mãos dos grandes senhores. A Coroa portuguesa delegou à iniciativa privada suas terras – o público era propriedade do rei –, mas não o poder. Já nos primórdios do Brasil colonial, o espaço público foi inviabilizado. So-

mente os ricos e poderosos explorariam o território. Os índios foram silenciados – não houve extermínio total, mas houve o descaso por suas culturas. E os homens livres que não tivessem posses precisariam se colocar sob a proteção de algum senhor como única forma de sobrevivência.

2. O favor

Ao longo de *Os donos do poder*, Raymundo Faoro desenvolve uma série de conceitos e idéias que são fundamentais para se compreender a gênese da ausência de fronteiras nítidas entre o público e o privado. Foi legada aos brasileiros a formação social e política que se consolidou no Portugal anterior à “descoberta”, que distinguia “mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe” (2001: 18). Faoro não vê feudalismo nem em Portugal e muito menos no Brasil. É porque o Estado português era capitalista que pôde se dedicar às grandes navegações. Se fosse feudal, estaria ocupado com atividades relativas ao campo, à subsistência e nada mais. O Brasil, quanto à produção de suas fazendas, tampouco poderia ter sido feudal. Por esse viés, o país foi capitalista mercantil desde a colônia: a produção era objeto de exportação, pois pouco se plantava para consumo local. Faoro, ao se referir ao proprietário rural do século XIX, afirma: “O prestígio outrora haurido das implícitas delegações de autoridade se transmuda no de *senhor de um pequeno reino*, que produz quase tudo” (2001: 280 – grifo meu) e nesse caso se volta à metáfora do “senhor feudal sul-americano” de Cornélio Penna (1997: 118). O que mudou no raciocínio de Faoro? Provavelmente nada. Quando fala em “pequeno reino” é às relações sociopolíticas que se refere. Em termos de poder, o grande fazendeiro do Império é quase um rei – o privado domina o público. A interferência do Estado se faz no sentido do desenvolvimento do mundo privado, exatamente o contrário do que se poderia esperar de um agente que tra-

ta com o bem público. Há uma estreita relação entre o latifúndio e o Estado (Faoro, 2001: 468), fazendo com que a vida política seja o resultado de interesses de grupos muito restritos. A posse da terra, concedida ou legitimada pelos poderes públicos a uns poucos, assegurava o distanciamento permanente dos menos privilegiados. Essa valorização do rural contribuiu para que a cidade fosse inexpressiva até pelo menos o início do século XIX.

O livro de Faoro tenta explicar a origem da sociedade estamental num período que abrange desde a jovem nação portuguesa, ainda em formação, até o Estado Novo brasileiro. Essa sociedade não se confunde com a de classes. O estamento rege as relações entre os indivíduos e o Estado (2001: 61). Tanto a elite dirigente quanto o despossuído podem se integrar, desde que configurem uma comunidade parasitária. A elite dirigente se beneficia e detém privilégios, mas o pobre que se ampara, que busca proteção no chefe político local, também sai beneficiado, desde que se sujeite. Isso para não mencionar o enorme contingente de cargos públicos dos mais diversos escalões que são negociados e barganhados. O mesmo pode ser dito das empresas: existem as estatais e as privadas. Estas, ainda que privadas, numa sociedade estamental, tendem a manter uma relação de dependência perante o Estado, constantemente necessitando de seus subsídios. O estamento se nutre da alternância e da diferença de privilégios concedidos. De tudo isso advém a dificuldade no estabelecimento de limites nítidos entre o público e o privado: aquele será negociável dentro da esfera deste. É assim que o público deixa de ser para todos e se torna objeto de troca – algumas vezes simbólica, outras nem tanto – para uns poucos que comungam com as idéias e práticas do estamento, mesmo inconscientes disso. Para agravamento da situação brasileira, por volta dos anos de 1830 o estamento foi fortificado por leis e uma estrutura que comprometeram ainda mais as relações em torno do aparelho de Estado. A distribuição desenfreada de cargos públicos



propiciou uma deturpação do poder político que se transformou em mandonismo (2001: 357).

Ao contrário do que ocorre em *Casa-grande & senzala* e com as crenças do Comendador cornelianiano, Raymundo Faoro defende a colonização brasileira como obra do Estado português, o financiador da iniciativa privada. Mais do que um erro, a perspectiva de classe comprometeria essas vozes que falam a partir da casa-grande. Faoro não nega de todo a iniciativa privada, mas relativiza sua importância na medida em que a coloca como “tutelada, dirigida e estimulada” (2001: 135) pelo Estado. Inclusive as bandeiras teriam sido dessa natureza, ainda que eventualmente houvesse a presença de aventureiros desbravando o interior. Uma das provas do braço da Coroa portuguesa por trás das explorações está na figura do agente régio, que substituiu o bandeirante sempre que o achado fosse considerado interessante. Tudo no Brasil colonial era administrado e controlado de forma mais ou menos direta pelo Estado português e para seu proveito. Esse Estado, todavia, não era amplo, mas restrito à sociedade estamental: quem estivesse fora dela não se beneficiaria.

O Brasil herdou de Portugal essa estrutura e a “aperfeiçoou”. O trabalho era visto de forma negativa e se restringia aos escravos; os homens livres deveriam buscar a proteção dos poderosos para assegurar sua sobrevivência (Faoro, 2001: 254). Essa proteção gerava a gratidão mais ou menos eterna. E assim estava fechada a rede que garantiria a perpetuação do estamento, alimentado por pessoas de todas as classes, desde que se condicionassem ao jogo – as que não o desejassem praticamente ficavam sem opções. Como os espaços públicos eram exíguos e controlados, não havia escapatória para quem não dispusesse de recursos econômicos.

A essa relação, baseada num regime de proteção e prestação dos mais variados serviços, Roberto Schwarz chamou de *favor* (1988: 16). O favor aumentava o poder do grande e reduzia a atuação do Estado; o público quase inexistia. E não era apenas o homem livre

pobre que estava enredado, até profissionais liberais eram atingidos. Sempre que alguém era protegido, o agradecimento deveria ser automático. Criava-se assim um amálgama de cumplicidade. Com o trabalho assalariado escasso e também sujeito a simpatias e antipatias, tornava-se necessário sujeitar-se aos caprichos dos poderosos. Aquele que se afastasse dessa teia não passava de um pobre presunçoso. A escravidão esvaziou o mercado de trabalho. Não é absurdo afirmar, com Schwarz, que nesse contexto o favor pessoal vinha “colocado em primeiro plano pela estrutura social do país” (1990: 84). O endividamento moral do protegido, baseado na humilhação e na esperança de uma vida melhor, era inseparável do favor. Assim o protetor obtinha garantias da manutenção da ordem que ia do mando à obediência (1988: 95). Constantemente renovado, o motivo desencadeador da troca poderia até se perder no tempo.

A ausência de classe média, fruto da escravidão, é um dos reflexos da escassez de atividades assalariadas. O Grotão representa essa escassez: há poucos personagens com chances de receberem salários. O administrador português e Frau Luísa são os mais óbvios – sabe-se que a alemã está guardando dinheiro para voltar a sua terra (Penna, 1997: 152). O veterinário que trata do rebanho da fazenda e Pedro Frota, o médico, também devem ter suas atividades remuneradas, o que não os impediria de fazer parte da rede de protegidos do Comendador. De qualquer maneira, Pedro Frota é um caso à parte, pois recusa o dote oferecido por Carlota para seu casamento com Celestina, a prima pobre. Não se diz nada a respeito, mas os fatores poderiam ser ex-escravos do próprio Grotão e não receberem salários, como era costume (Volpato, 1993: 111). Nos outros romances de Cornélio Penna, apesar de a extinção do trabalho escravo já ter se dado, seus vestígios permanecerão. Somente Nico Horta se envolve com atividade remunerada. O rapaz tenta, em vão, libertar-se da família de posses. Há ainda os criados, mas, como são libertos ou descendentes muito próximos de escravos, é

bem possível que não sejam assalariados. Devem trabalhar para comer e morar, perpetuando o favor.

O Estado esteve por trás de todas essas relações: interferindo ou se omitindo, conforme o interesse dos poderosos. No caso do tráfico de escravos, houve participação ativa, não só no controle (Alencastro, 2000: 27), “mas também dos grandes personagens do Estado e sua hierarquia média” (Faoro, 2001: 256). O governo imperial e seus antecessores tiveram seus próprios cativos. A legislação que regia o tráfico e a pouco severa fiscalização na época da sua extinção, em 1830, partiram do Estado – tanto que foi necessária uma segunda lei em 1850 para conter os abusos.

Segundo Roberto Schwarz (1997: 28), o universo do favor era regido por uma figura paternalista caracterizada pela autoridade, que obrigava o protegido a uma sujeição “bajuladora ou assustada”; por estudos superiores ornamentais, sem nenhuma preocupação com o trabalho; e pela “religião frouxa”, apenas suficiente para se fazer respeitar. Acrescente-se a essas qualidades o cuidado com os agregados, que podia ou não se confundir com afeto. Entre o senhor e o agregado, será o desejo daquele que prevalecerá. Não havia limites definidos entre “a autoridade social e a vontade pessoal” (Schwarz, 1988: 103). O agregado era um brinquedo nas mãos do seu protetor. Como não existia um poder público que regesse de forma democrática essas relações, o despossuído ficava inteiramente vulnerável, necessitando renovar sempre o “contrato” com o seu protetor. Por isso o favor não tinha fim.

Sem uma separação entre pessoal e social e com a família abastada se colocando como o “paradigma da sociedade” (Schwarz, 1988: 63), ocorre uma inversão de valores. Não é o indivíduo trabalhando para o enriquecimento de todos, mas uma maioria empobrecida produzindo para benefício de poucos.

Normalmente, quando se fala em favor, está se falando de uma pessoa livre, rica e branca de um lado, e de uma pessoa livre, pobre e branca de outro. Porém é necessário estender o espírito do

favor aos negros e mulatos, livres ou escravos – ainda que Roberto Schwarz não o tenha feito. Se o homem livre pobre precisava buscar a proteção de um grande porque não havia trabalho assalariado suficiente é porque havia escravidão. Além disso, a figura patriarcal que regia as relações com o agregado branco era a mesma que possuía escravos e libertos convivendo em suas propriedades. Assim como os escravos estavam sujeitos a castigos físicos, igualmente os agregados libertos (negros ou mulatos) ou livres (brancos) o estavam (Franco: 1976). Tanto que era perigoso a um alforriado viver afastado da proteção de um patriarca. O mesmo senhor que deveria ser o “pai” do pobre branco, por exemplo, é o que deveria levar Deus aos seus “filhos” escravos (Alencastro, 2000: 186). Mas antes de se tratar da relação entre o patriarca e os negros, é preciso abordar os brancos, parentes ou não, que viviam à sombra da casa-grande.

3. Agregados

Não tendo nada de seu, o agregado “vive *de favor* no espaço de uma família de posses, onde presta toda a sorte de serviços” (Schwarz, 1997: 19). *Homens livres na ordem escravocrata* (Franco, 1976: 91-106), é um estudo da estrutura social do Império que problematiza a ausência de autonomia desse agregado, não apenas quanto a grandes, mas igualmente a pequenas decisões pessoais. O homem livre pobre não era livre; ele estava preso a uma rede de poder da qual dificilmente poderia se afastar em caráter definitivo. Se para o homem a vida era assim difícil, o que não dizer da mulher pobre. Cornélio Penna dedica especial atenção à figura feminina empobrecida, advinda de uma família arruinada; coloca a nu os problemas em sobreviver de outro modo que não através do favor. Dona Virgínia, Sinhá Rola, Dona Inacinha, Dona Maria Violante e Celestina são essas mulheres.



A fazenda cumpre papel de asilo dos parentes pobres que se abrigam nas asas protetoras e autoritárias do Comendador. Os escravos também habitam o Grotão com o propósito evidente de não se tornarem vulneráveis demais num país que não dispunha de qualquer política para libertos e que não passou a tê-la nem mesmo depois do advento da Abolição. Naturalmente, esse regime de agregados – brancos, negros ou mulatos – gerava uma situação de troca constante de favores. Aqueles que recebiam teto, comida e roupas – tudo dependente do lugar que ocupavam na hierarquia – precisavam retribuir os benefícios, e essa retribuição tendia a reforçar ainda mais a estrutura vigente.

Nenhum agregado é tão poderoso, em *A menina morta*, quanto Dona Virgínia, prima do Comendador. A diferença entre ela e Celestina, por exemplo, muito inferior na hierarquia, é clara desde as páginas iniciais do romance:

Celestina, sua ajudante, era a parenta pobre, a prima recolhida no Grotão, vinda depois da morte de seus pais, criadores de gado perdidos com a chegada do café em sua região. Não tinha autoridade nem valor suficiente para fazer medo a Dona Virgínia, parenta próxima, e viúva e sem filhos, ainda conservando em qualquer parte terras de sua propriedade. Ah! essas terras eram bem conhecidas das crianças, pois tinham muitas vezes ouvido a sua descrição, e cada ano aumentavam um pouco e sua fertilidade e cultivo cresciam também com o tempo. Nada havia naquela casa superior ao que dava nas Goiabeiras, e até os negros lá eram maiores, mais fortes, de perna mais fina do que os “daqui”, como ela dizia, em tom especial, com as pálpebras semicerradas e a cabeça lançada para trás... E depois, era a prima do Comendador, parenta em primeiro grau, e a Celestina era do lado da fazendeira, considerada aparentada, simplesmente, e além disso, da “família da Senhora”... (Penna, 1997: 22)

Não é só a condição superior de Dona Virgínia que transparece nessa citação, mas também o esforço para mantê-la. É preciso desclassificar a prima pobre para realçar a própria posição. As diferenças são patentes: uma é *Dona Virgínia*, enquanto a outra é *a Celestina*. Essa marca no tratamento representa a diferença de idade entre as duas; o fato de uma ser viúva, enquanto a outra é solteira e, é claro, o lugar ocupado na lista de favorecidos pelo Comendador. Ser prima em primeiro grau e do Senhor coloca Dona Virgínia no patamar mais elevado dos agregados. Enquanto que Celestina é desvalorizada pelo simples fato de pertencer à “família da Senhora”.

Entender a comparação estabelecida entre os parentes do Comendador e os de Dona Mariana é fundamental para a compreensão do lugar reservado a cada um tanto nos benefícios quanto nas repreensões. O casal não representa uma mesma família e a diferença nas origens é realçada em várias oportunidades:

Dona Virgínia arrastava as sílabas, de forma chocarreira e misteriosa, quando se referia à origem da Senhora, e acentuava bem as reticências, com afetação, para deixar em suspenso, a fim de que se formassem à vontade toda a sorte de suspeitas em torno dessa gente altiva, intratável e maldizente, que tanto ocupava posições de destaque como surgiam com cara de fome e roupas no fio, sem deixar nunca de exigir respeito e acatamento. Nunca pudera perdoar a alguns deles a indiferença fingida com que a tratavam quando vinham visitar a Sinhá, nivelando-a a essa “alemã” [Frau Luísa] invejosa, ignorante e bajuladora, que agora servia como criada grave ou governante, sabia-se lá! Nunca pudera saber ao certo qual era a situação social dessa família tão diferente da do Comendador, unida e igual, apesar de algumas ruínas e desastres, porém honrosos e discretos. (Penna, 1997: 22-23)

É evidente o ódio que Dona Virgínia alimenta. Sente-se humilhada por ser comparada a Frau Luísa, uma criada. A humilhação é exacerbada por vir de pessoas que considera muito inferiores. Ela admite que houve problemas com os seus, mas acredita que foram “honrosos e discretos”, insinuando que entre os parentes da Senhora havia escândalo e não nobreza ou refinamento. É como se o Comendador pertencesse a uma aristocracia, quando se sabe que a distribuição de títulos nobiliárquicos no Brasil não tinha nenhuma relação com linhagem. Dona Virgínia tenta macular ao máximo a imagem da família de Dona Mariana e dentro da casa será Celestina o seu alvo mais próximo e fácil, por isso as comparações feitas são desmerecedoras da moça. Toda visão é parcial, mas o ódio que Dona Virgínia nutre eleva a distorção. É fácil perceber que ela inventa sobre a fazenda das Goiabeiras. Como seria possível que as terras aumentassem e sua fertilidade crescesse se a velha senhora era dependente do amparo do Comendador? Sabe-se que seu falecido marido acabara com sua fortuna (p. 82) e, quando ela deixa a fazenda, busca nova proteção com o Visconde, irmão do proprietário do Grotão, portanto não volta a suas terras.

Dona Virgínia conhece a vulnerabilidade da sua vida de agregada; quando é designada a acompanhar Carlota na sua viagem de retorno do colégio na Corte, afirma ao seu protetor ser essa “boa ocasião de provar todo o desejo que tenho de servi-lo” (1997: 94). Nem por isso se furta de alimentar um relacionamento de intrigas entre o Comendador e seu irmão, o Visconde, rivais desde a infância. Apesar de ser a agregada mais considerada, é ressentida, pois compreende a relação de dependência que lhe é imposta. Carlota passa a ser sua nova rival quando retorna ao Grotão. Além de ser considerada da família da Senhora, não ocupa apenas o lugar da mãe, mas também o do pai. Dona Virgínia sente-se ameaçada, pois a jovem não a trata com o respeito que acredita merecer. Ao saber da morte do Comendador, afirma: “perdi de repente o meu maior protetor” (1997: 444). Sem este e com a volta de Dona Mariana anun-

ciada, não há mais espaço para a velha senhora. No momento de partir da fazenda, insiste em se manter arrogante perante Carlota:

– Não tenho quem me leve tudo o que me pertence, como aconteceu com suas parentas, Dona Inácia e Sinhá Rola, mas desejo sair imediatamente desta casa, e peço providências! (Penna, 1997: 459)

Não é um pedido, é uma ordem. Parte com ela Dona Maria Violante, que havia se agregado recentemente ao Grotão. Do lado oposto da altivez de Dona Virgínia está, como foi mencionada, Celestina. Ambas são agregadas, mas a jovem está numa situação mais delicada: é hostilizada pelo Comendador e seus parentes e não é protegida de Dona Mariana. Sua

obrigação tácita era servi-la, apanhar-lhe o lenço ou o leque que com frequência se lhe soltavam das mãos distraídas e também afastar a cachorrinha felpuda, a Mirza, quando ela se tornava importuna. Celestina muitas vezes nada podia comer, pois seu coração batia em grandes saltos porque não sabia com certeza se os agrados do animalzinho eram ou não bem recebidos por Dona Mariana. (Penna, 1997: 57)

Celestina passará pela maior parte da narrativa deslocada, sentindo-se invasora e estrangeira. Com frequência apresenta-se transtornada, sem saber como interpretar as palavras e atitudes dos outros, sem saber se está sendo arrojada ou tímida. Num gesto quase desesperado, faz uma visita furtiva à Senhora. A ousadia lhe custa uma repreensão pública. O Comendador a conduz pelo braço à sala de jantar diante de todos os convivas. A atitude é incomum, pois nem mesmo Dona Mariana costuma ser levada à mesa pelo marido (1997: 150-152). Por trás dessa aparente cortesia, há violência. Celestina fora retirada do quarto da fazendeira; a visita fora interdita. O Comendador não permitia contatos entre os morado-



res e sua esposa. Durante a refeição, penosíssima para a jovem, chega a insinuar um “exílio” na fazenda da Boa Vista. Ao ouvir as palavras, inicialmente,

Celestina abaixou ainda mais a cabeça, e não pôde responder ao que dizia o Senhor. Não sabia sequer distinguir se era uma pergunta que ele lhe fazia ou se era uma ordem que lhe era dada, apenas encoberta por aquela forma dúbia diante de todos os outros comensais. Entretanto, quando quase parecia romper em soluços, a demasiada vergonha e tristeza lhe deram coragem, e foi com firmeza que endireitou o busto e cruzou as mãos incertas no regaço, tirando-as da borda da mesa onde se agarrara como se tivesse receio de cair e fosse aquele o seu único apoio seguro. (Penna, 1997: 52)

Essa cena é quase inusitada. Celestina é, em geral, tímida e humilde, mas é no seu desamparo que ela encontra forças para endireitar o busto. Nesse gesto simples ela se identifica com Dona Mariana e reforça o distanciamento do Comendador. A expressão corporal é um dos recursos utilizados pelo narrador para aproximar a Senhora de Celestina e também de Carlota e da menina. No caso da mãe com suas filhas, a leveza no andar será a grande marca. O corpo é a única posse dessas mulheres – como o é dos escravos –, com ele protegem-se e atacam. Celestina imagina-se parálitica para se tornar definitivamente amparada no Grotão, mas cai em si: “Que peso porém viria a ser a sua permanência definitiva na fazenda!” (1997: 221). Mais tarde fica doente de fato e, ironicamente, será assim que conhecerá Pedro Frota, seu futuro marido. Mas antes disso ocorrer, Celestina percebe que não há futuro no Grotão e busca alternativas para sobreviver:

Contou de novo as moedas, algumas de ouro, outras de prata e notas em papel, com a efígie imperial e novamente reconheceu que completavam uma certa importância, e dentro

em pouco daria para a compra de uma escrava, de “negra de ganho”, que poderia iniciar a execução de seus projetos. Seria possível também comprar cabeças de gado, e ficariam soltas no campo e se reproduziriam tranqüilamente e dentro em pouco teria uma ponta que já valeria alguma coisa. Nada precisava agora, e viveria como pobre inválida recolhida a asilo suntuoso sem necessidades e sem desejos! (Penna, 1997: 119)

Como ela só conhece o universo restrito no qual vive, pensa numa opção que repete as regras desse universo: a da propriedade. Celestina não cogita em trabalhar nesse momento. A independência deveria ser conseguida dentro da mesma prisão na qual vivia desde que o tabelião lhe dissera poder “contar apenas com duas apólices da Dívida Pública do Império e... a caridade dos parentes” (1997: 255). A criação de animais de pasto surge como uma alternativa ligada ao passado de seus pais, que possuíam uma fazenda de gado. E uma negra de ganho costumava executar os mais variados trabalhos que poderiam ir desde a venda de doces até a prostituição. Adiante, Celestina pensa em ser governante – seu exemplo naturalmente é Frau Luísa. Essa seria uma das poucas opções de trabalho assalariado para uma mulher, um território onde as escravas não entravam.

Como já se disse, Celestina não realizará nenhum desses “sonhos”, pois se casará com Pedro Frota. O enlace é, excepcionalmente, decidido pelos noivos, que, no entanto, precisam aguardar o consentimento do Comendador. Nem mesmo sobre seu próprio matrimônio a jovem pode deliberar. A interferência do protetor está marcada em todos os planos. Mas a presença do médico em sua vida é suficiente para afastar os sentimentos de insegurança que até então a acompanharam: “Não era mais a menina pobre e abandonada, cuja miséria maior ou menor poderia apenas regular a grande compaixão a inspirar” (1997: 405). Para completar a mudança

que se operara, Celestina e o médico, após a cerimônia do casamento, são observados por Carlota cavalgando na direção contrária a da vila, seguindo pelo “caminho errado, na direção dos confins da fazenda ou então na da clareira onde tinham ido passear tantas vezes...” (1997: 440). Numa passagem bem anterior, Dona Virgínia dissera a Carlota que o desejo de Celestina era “vingar-se de ser feia, de ser pobre e de ser dessa família que...” (1997: 276). Não se pode afirmar que Celestina se vinga de ser feia, pobre e da família da Senhora, mas certamente ela e Pedro Frota rompem com o universo estreito do favor. O casamento os retira do domínio do Grotão. Pedro Frota é um profissional liberal pobre que recusa o dote oferecido por Carlota porque está “sujo de sangue”. É dinheiro usurpado do trabalho escravo, que impossibilita o trabalho livre. Ao se dirigir para o interior da fazenda, o “caminho errado” que dá na clareira, o jovem casal se aproxima de Dona Mariana e de suas filhas (Lima, 1976: 159), desencadeadoras do fim do Grotão como propriedade patriarcal.

O caminho escolhido pelas irmãs Inacinha e Rola será o da fazenda do Visconde, o mesmo de Dona Virgínia e Dona Maria Violante, após a bancarrota. Não será bem uma escolha, haja vista não haver outras opções dentro do sistema em que vivem. As duas são velhas e solteiras: continuarem agregadas é a melhor situação de que podem dispor. Na mesa da casa-grande, sentam depois da prima Virgínia e custam a entender o que se passa em torno (Penna, 1997: 56). Apesar de estarem no último lugar da mesa, ao lado dos parentes do Comendador, Sinhá Rola imagina não haver muita diferença entre elas e as outras moradoras, porque naquela casa “todas viviam mais ou menos de esmola...” (1997: 131).

Os bens da família das duas velhas senhoras haviam sido devorados pela paixão do pai pelo jogo. Após sua morte, a rapina dos credores foi completa. Naquele momento de desespero, foram amparadas pelo proprietário do Grotão, mas a insegurança permaneceu,

pois sabiam sempre que eram importunas e que deviam viver como sombras para não serem enxotadas... Pelo menos era assim que pensavam sem que nunca dissessem uma à outra o que julgavam da bondade daquele que as recebera quando, tendo morrido todos os que lhes podiam servir de arrimo, as trouxera para ali a fim de passar alguns dias e as deixara ficar pelos anos em fora, sem dizer-lhes se aquela casa era a sua, onde deviam permanecer o resto da vida, pois não tinham mais ninguém no mundo para as querer... (Penna, 1997: 58)

A indefinição pela qual passam Dona Inacinha e Sinhá Rola é típica das relações de favor. Foram morar na fazenda como algo provisório e depois de muitos anos continuam com a sensação de precariedade. Ambas são totalmente dependentes dos humores do Comendador: se ele desejar que permaneçam, permanecerão; caso contrário, podem ser enxotadas a qualquer momento. Para manter o estado no qual vivem, é preciso que se tornem sombras, seres imperceptíveis. Não faria nenhuma diferença que o Senhor lhes dissesse ser a casa das duas porque não o seria de qualquer maneira. O favor se nutre justamente da vulnerabilidade do agregado. É no território das incertezas que se constrói essa relação. Se o protegido passa a se sentir à vontade, o amparo perde o efeito. É porque ele permanece indefeso que o protetor pode mantê-lo sob a sua guarda. À pessoa livre despossuída, sobrava apenas a benevolência dos ricos (Schwarz, 1990: 83).

Além disso, é preciso que o agregado execute tarefas que renovem sempre o “contrato” estabelecido. Na ausência de Dona Mariana, seguida da viagem de Dona Virgínia à Corte, será Dona Inacinha quem assumirá o governo da casa. A velha senhora irá saborear sua nova e passageira condição. Segundo Frau Luísa, finge não estar passando bem para se “fazer de princesa, e andar pelo palácio apoiada na dama de serviço” (Penna, 1997: 209). A astúcia da governante vai além quando confessa sua aversão pela “mistura

de autoridade e doçura” (1997: 206) que transparecia nas atitudes de Dona Inacinha durante seu breve reinado. Essa mistura, que parece tão desagradável à alemã, é exatamente o que sustenta o patriarcalismo. Num determinado momento, Bruno, um dos escravos, recebe ordens do “Senhor, que lhe falara dessa vez de cara fechada, para dar ordens e não pedir como sempre fazia” (1997: 108). A prima menos considerada do Comendador reproduz o sistema no qual vive como caricatura. Como a substituta da substituta (Dona Virgínia) e temporária, só pode ser um arremedo.

Ao preparar seus objetos para deixar o Grotão, Sinhá Rola percebe o quarto reduzido a “pouso banal de hotel de passagem” (1997: 407). Na saída repete-se a sensação que a havia acompanhado desde o início, bem como a Dona Inacinha. A imagem marca a transitoriedade a que estão expostas. Como num hotel, saem sem deixar vestígios. Trocando a casa do Comendador pela do Visconde, estarão perpetuando o favor porque continuarão sendo subjugadas a um suposto protetor.

4. Criados, escravos e ex-escravos

Não existem apenas agregados brancos nos romances cornelianos. Há um expressivo número de mulatos e negros livres ou libertos, além dos próprios escravos. A princípio não faria sentido tratar dos escravos no momento em que se discute o favor, que presume o relacionamento entre um poderoso e um homem livre pobre. No entanto, a escravidão é indissociável da família patriarcal. O desprotegido procura o amparo do grande porque não há postos de trabalho suficientes. E o escravo estabelece com o seu proprietário uma relação que se assemelha àquela do favor. O patriarca não difere muito no trato que mantém com o cativo ou com o agregado – há sempre uma mistura de “autoridade e doçura”. E os subalternos se colocam mais ou menos entre a servidão e o afeto.

Em *Fronteira*, logo na primeira página, surge uma criada de pele amarela (Penna, 1958: 9). Não se sabe se a pele é de fato amarela ou se seria o efeito da luz do lampião de querosene, pois todas as outras são negras. Apesar de o romance se localizar nos primeiros anos da República, portanto depois da Abolição, o narrador se refere às criadas freqüentemente como mucamas. Há uma forte presença da escravidão, especialmente no serviço doméstico, no qual o relacionamento poderia ter se construído dentro de uma esfera pessoal que dispensaria salários. No Epílogo (1958: 165), o autor revela que recebeu o diário de uma “mucama”, ex-criada de Maria Santa. Assim como em *A menina morta* são os negros que narram o passado da família, também será uma negra que dará acesso à narrativa de Maria. Não é propriamente quem narra, mas é quem guarda os papéis que retêm a memória. Mesmo num romance como *Fronteira*, no qual as criadas negras parecem representar um papel apenas figurativo, Cornélio Penna, através de um artifício simples, coloca-as numa posição de destaque: sem elas a história não seria possível. Elas juntam e dão sentido aos “cacos” familiares.

Em *Dois romances de Nico Horta*, há uma velha negra que cria o protagonista e seu irmão Pedro. Passara a infância na condição de cativa, sofrendo os “castigos da família de seus donos”, e assim aprendera ser justo que sua sinhá a dominasse e que tudo tivesse, “porque assim era o mundo” (Penna, 1958: 227). Acreditava que Nico e Pedro eram meninos-deuses que deveriam ser mais do que amados, deveriam ser adorados. Depois de os dois terem se tornado homens, ainda deseja protegê-los:

Agora, ela os tocaiava, vendo-os andar de um lado para outro, sustentados apenas por um fio que, ao partir-se, os entregaria em suas mãos, inteiramente. Sabia, por instinto, de modo confuso e triste, que tudo estava empenhado naquele esforço que os mantinha em pé. Então, seria a sua vez de salvar, de recolher um dos restos, ou talvez os dois, da catástrofe definitiva. (Penna, 1958: 228)

A criada sabe ser desprezada pelos rapazes, mas isso não faz com que os deteste. Ao contrário, parece alimentada pelo descaso, resignada a servi-los em qualquer situação. Comporta-se como se seu trabalho fosse sujeitar-se à humilhação. Nico percebia o “amor escravo de sua mamãe negra, incompreendida e desprezada, mas não vendo nem querendo ver o mal em seu despótico e pequeno senhor” (Penna, 1958: 285-286). Apesar de livre, a criada age como cativa incondicional. O rapaz lembra a infância, quando tinha os pés acariciados pela criada, que repetia: “que pena! que pena!...” (1958: 286). Querendo saber o porquê daquelas palavras e não obtendo resposta, “dera-lhe com os pés um golpe seco em pleno peito caído e mole”. E então ela lhe dissera: “por isso mesmo, por isso mesmo, nenen...”. Essa atitude é tomada por Nico como uma vingança da criada, que não soubera compreender que ele não passava de uma criança. O descaso do rapaz é substituído por remorsos, mas isso em nada altera o passado.

Durante um passeio, Nico é chamado por um velho negro que garimpa o leito de um rio. O velho sorri enquanto pede uma esmola, justifica o pedido pela fome dele e de sua família. Depois de receber algumas moedas, acrescenta: “Protege a gente, Nhonhô! todos temos filhos!” (1958: 326). Atordoado, Nico se afasta:

– E ele pede minha proteção! *minha* proteção! ele, que tem mulher e filhos... ele que aceitou a vida sem o menor temor, que venceu os obstáculos que se erguem diante de mim e me esmagam... Esse homem, que caminha para o futuro de olhos abertos, pede a minha proteção! (Penna, 1958: 326)

É nítido o dilema que o favor gera não só durante a escravidão, mas também depois. O velho garimpeiro é um desprotegido que passa toda a sorte de carências. A figura de Nico Horta lhe soa como possibilidade de mudança. Ele tenta obter a simpatia do rapaz sorrindo e relatando um pouco de suas misérias. O negro quer mais

do que esmolos, quer proteção. O que se delineia nesse episódio é um duplo descaso: o velho fora abandonado por seu antigo senhor e pelo Estado – fato corriqueiro mesmo durante a escravidão (Volpato, 1993: 99). Ele sabe que nem o leito do rio nem as moedas poderiam resolver seus problemas e de sua família. Viver de favor era seu sonho.

O descaso a que os negros são entregues após a Abolição também está presente em *Repouso*. Dodôte se recorda de “Vicente, um preto que fora pajem de sua mãe, e que agora vivia abandonado do outro lado da cidade, lá no Bongue, vivendo sabe Deus como...” (Penna, 1998: 230). Com o fim da escravidão e com a ruína da família, não é mais possível manter todos os negros. Não houve nenhuma assistência aos ex-escravos nem por parte dos particulares nem por parte do Estado, que tampouco foi ativo no processo. As propriedades decaídas não podiam pagar salários e as prósperas preferiram trabalhadores imigrantes, supostamente mais qualificados para a lavoura.

São as negras relacionadas ao serviço doméstico que se mantêm. Na confusão entre o trabalho e o envolvimento emocional com os antigos donos, criou-se um elo que a falta de salários não abalou. Em *Repouso*, o relacionamento da criada Chica com Dodôte e sua avó fazia daquela quase um membro da família, mas jamais um membro de fato: “o seu vestido era de chita rala e desbotada” (1998: 155). E, apesar de Chica pensar na moça como “sua menina”, ela também era “sua sinhazinha” e “nhanhã”, uma variante de iaiá, que por sua vez é uma corruptela de sinhá, redução de senhora – formas de tratamento próprias da escravidão. Chica é mais do que uma criada porque é *como se fosse* da família e é menos do que uma criada porque é *quase* uma escrava. A indefinição nas atribuições no papel de cada um é típica de uma sociedade com sérios vestígios patriarcais e escravocratas. Não há vantagem para os ricos e poderosos que esses papéis sejam desempenhados com correção, pois é justamente a ausência de fronteiras que os mantém no controle da

situação. Cria-se uma atmosfera entre o protetor e o protegido que faz com que este se sinta em dívida porque o outro o vincula à intimidade da sua própria família, fazendo do agregado um dependente incondicional.

Novamente Chica, a ex-escrava, é depositária da memória da família à qual serve:

Dodôte sentia que ela era uma testemunha de sua vida, era uma prova de sua continuidade, uma afirmação da lógica e do seguimento de seus atos, e essa sensação era para ela, muitas vezes, um prazer profundo, a impressão de alívio e de refúgio, de porto achado, de ansa tranqüila onde podia se abraçar. Quando se apoiava em seu regaço de virgem velha, de escrava desprezada, e Chica contava-lhe as suas histórias docemente absurdas e incoerentes, Dodôte sentia, ainda agora, repassar a seus olhos a sua vida inteira, com seus episódios que não se ligavam, não formavam um todo, e viviam unicamente pelo calor que lhes imprimia a voz quebrada da negra. (Penna, 1998: 65)

As narrativas de Chica dão consistência à vida de Dodôte. É como se a moça vivesse através das histórias que ouve. Nos romances nos quais Cornélio Penna destaca os negros e mulatos como narradores orais – muito próximos ao enunciado por Walter Benjamin (1993) –, delineia-se uma analogia: assim como a sociedade patriarcal necessitou da escravidão para se desenvolver e prosperar, igualmente o núcleo familiar dessa mesma sociedade precisou do escravo como seu contraponto. De um lado a ociosidade, a fartura e a liberdade e do outro o trabalho, a miséria e a prisão. Ao narrar o branco, o negro o cria e recria como proprietário, sustentando o sistema vigente. Mas o cativo e o ex-cativo extrapolam esse universo restrito quando compreendem o temor que envolve o ato de possuir e perder o que se possui. Dodôte é uma das “vítimas” dessa

percepção – dorme embalada pelos pesadelos das histórias de Chica sobre o beco do Caixão e uma carruagem noturna e solitária que:

trazia o corpo da senhora assassinada pelas escravas, e aquele corpo devia ser conduzido assim, eternamente, sem dilações. A morta devia estar ainda com o longo vestido branco, com três ordens de babados nas saias de tarlatana, presos com laços de seda alvíssima, mas todo manchado de sangue vivo e palpitante, que não devia secar nunca, enquanto não se cumprisse a maldição que as negras em revolta tinham lançado sobre ela. (Penna, 1998: 329-330)

Chica estará sempre presa a Dodôte e aos seus, mas essa mesma prisão também os asfixiará. A memória da negra permite que os brancos se perpetuem, porém também é capaz de executá-los. E a execução pode ser igualmente perpétua. Apesar de católico, Cornélio Penna não considera a redenção como possibilidade. Não se pode sair da escravidão impune. Os fantasmas lembram aos vivos que as penas são infinitas.

Em *A menina morta*, a rigidez nas relações entre senhores e negros é bem maior do que nos outros romances porque muitos deles são escravos e apenas uns poucos são libertos. Desde a Colônia os proprietários não reconheciam autoridade no Estado (Pinski, 2000: 68), atribuíam-se plenos poderes sobre os cativos e as leis vigentes apenas exacerbavam diferenças entre brancos e negros. O Comendador administra sua fazenda dentro dos princípios dos seus contemporâneos, enquanto os escravos pensam nele como uma “presença paternal que os mantinha sempre em saúde, a fim de ser conseguido o rude vigor que se esperava deles” (Penna, 1997: 26). O isolamento faz do fazendeiro governador, juiz, médico e padre (Leite, 1996: 190). De um lado o pai protetor e do outro os filhos a serem protegidos.



Roger Bastide acredita que o cativo projetava no senhor a imagem do amparo porque não tinha pai. Robert Slenes (1999: 110), que defende a tese da existência de uma família escrava, discorda do pensador francês. De qualquer maneira, em Cornélio Penna não há uniões duradouras. Tanto entre senhor e escravo quanto entre senhor e agregado, será mantida uma relação de dependência. Deve parecer ao despossuído – escravo ou não – que é ele quem necessita do proprietário e nunca o contrário. Esse vínculo é estendido aos outros membros da família patriarcal. A menina morta era a “miniatura de uma senhora, a futura dona” (Penna, 1997: 168) que ainda criança “brincava” de açoitar os escravos. Ao serem castigadas pelos feitores porque tentavam render uma homenagem à criança, cativas soluçavam dizendo: “Sinhazinha! Sinhazinha!” (1997: 74). É difícil saber se essas palavras representam um lamento pela perda da homenageada ou se seria uma reclamação por estarem sendo chicoteadas por causa dela. De qualquer forma, a imagem do Senhor é preservada, pois não é ele quem aplica o castigo. O feitor era o executor enquanto o proprietário podia “pairar acima dos conflitos, recebendo recursos e distribuindo favores” (Volpato, 1993: 111).

Mesmo Carlota, que rompe com a ordem vigente no Grotão, dirigindo-se aos escravos os chamará de “Meus filhos...” (Penna, 1997: 447), num momento em que tenciona libertá-los. E esses se manifestarão dizendo: “Não nos abandone, nossa Sinhazinha, não nos abandone...!” Os escravos não imaginam que serão alforriados, mas o pedido vem a calhar porque ficarão precisamente abandonados. A atitude de Carlota não é racional. Ela não mede conseqüências, sendo seu único desejo destruir o Grotão como instituição usurpadora: “– Eu não quero que ninguém se prenda a mim... [...] é preciso que todos possam fugir, possam libertar-se das prisões” (1997: 450). A crítica na forma da condução da Abolição é evidente: um gesto sem abrangência, incapaz de retirar o ex-escravo do domínio privado e inseri-lo na vida pública como cidadão. O interessante é que Carlota se esquece de libertar uma única escrava, Dadade, que

ao final da narrativa o leitor descobre chamar-se Felicidade. Deixando Dadade esquecida, Carlota não completa a libertação dos escravos com uma projeção de futuro. Como a anciã morre, é vedada a correção do engano. A felicidade está irremediavelmente perdida para todos.

Libânia e Joviana, mucamas de Carlota, são forras, mas não são livres. Ambas sabem que estariam inseguras fora do Grotão e por isso aceitam suas regras e proibições. A alforria é apenas uma distinção, uma espécie de prêmio em relação aos demais escravos. Essa diferenciação coloca o agraciado numa posição de ser invejado, mas não altera sua vida: ele continua à mercê da vontade pessoal de seu senhor. A própria concessão da alforria não passa de uma das facetas dessa vontade (Volpato, 1993: 126). É por isso que Joviana paradoxalmente afirma a Carlota:

– Eu estou forra... eu estou forra... eu estou forra... a negra velha nunca será forra... nunca será forra... será sempre escrava de sua Sinhazinha. Sinhazinha pode mandar matar sua preta... (Penna, 1997: 257)

Para Joviana, Carlota tem direito de vida e de morte sobre ela. O vínculo não tem limites de qualquer natureza: não é por ser liberta que terá direitos. Quando muito haverá uma certa consideração, alguma pequena regalia. A mucama compreende a inutilidade da alforria e se resigna diante das circunstâncias: servir é sua única opção. O sistema de dominação vigente necessitava dessa máscara para se manter (Leite, 1996: 199). Além disso, o recebimento de uma carta de alforria colocava o agraciado em “eterna gratidão” (Volpato, 1993: 121). O caso de Joviana e Libânia não é exceção:

Muitas que tinham sido alforriadas, comprando com seu próprio dinheiro a carta de liberdade, permaneciam em suas obri-

gações antigas e recebiam muitas vezes os castigos distribuídos às escravas. (Penna, 1997: 251)

Conclusão

Escravos – libertos ou agregados, não importa –, todos precisavam se manter sob as asas dos proprietários. Obviamente essas três categorias não chegam a se confundir. O escravo tenderia a ser o mais atemorizado na sua condição de objeto, de propriedade. Mas o liberto e o agregado, ainda que não tivessem o estatuto jurídico de coisa, estavam sob a pressão da ausência de recursos. Eles não podiam dispor de suas vidas como quisessem porque não tinham independência financeira, necessitavam da proteção de algum senhor, por causa da inexistência de espaços públicos de poder. Diante desse retrato social do Brasil do século XIX, torna-se compreensível a falta de agradecimentos para Carlota após a alforria coletiva (Penna, 1997: 459). Os recém-libertos não podiam apreciar sua nova condição. De um momento para o outro haviam perdido as correntes e também os laços, a moradia, a comida e, na sua maioria, o trabalho. O novo Grotão, sem a pujança do antigo, não poderia comportar todas aquelas pessoas, que precisavam partir, mas para onde? A ausência de perspectiva está marcada desde a divisa, transcrita nas armas dos Albernaz, a família do Comendador: *Spes et labor* (1997: 116). Naturalmente essas palavras devem ser lidas como ironia. Não há esperança, pois não há futuro; o que existe é medo. E o trabalho não dignifica, humilha. Atravessada por um sentimento de culpa, a narrativa reafirma a impossibilidade de se esquecer o passado.

ABSTRACT: The absence of a clear boundary between the public and the private in Cornélio Penna's *A menina morta* (1954),

combined with the patriarchal-slavocratic regime, allows the demonstration of several facets of violence. Especially in the relationship between the owner of a rich 19th-century coffee farm and those who lived under his protection, mainly slaves and aggregates.

KEY WORDS: public; private; Cornélio Penna; *A menina morta*.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, L. F. de. (2000). *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARINTÓTELES. (2002). *Política*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret.
- BENJAMIN, W. (1993). *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1.
- FAORO, R. (2001). *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo.
- FRANCO, M. S. de C. (1976). *Homens livres na ordem escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Ática.
- FREYRE, G. (2000). *Casa-grande & senzala*. 41. ed. Rio de Janeiro: Record.
- HOLANDA, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- LEITE, I. B. (1996). *Antropologia da viagem, escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- LIMA, L. C. (1976). *A perversão do trapezista: O romance em Cornélio Penna*. Rio de Janeiro: Imago.
- PENNA, C. (1958). *Romances completos*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- _____. (1997). *A menina morta*. Rio de Janeiro: Artium.
- _____. (1998). *Repouso*. Rio de Janeiro: Artium.
- PINSKY, J. (2000). *A escravidão no Brasil*. 17. ed. São Paulo: Contexto.
- SANTOS, J. F. dos. (2004). *Fronteiras da nação em Cornélio Penna*. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SCHWARZ, R. (1998). *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades.

- _____. (1990). *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades.
- _____. (1997). *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SENNETT, R. (1998). *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SLEENES, R. W. (1999). *Na senzala, uma flor*: Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- VOLPATO, L. R. R. (1993). *Cativos do sertão*: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: Ed. UFMT.

